



DE 26 A 30 SETEMBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 303/XIII](#)

Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 304/XIII](#)

Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os partidos políticos

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 305/XIII](#)

Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 306/XIII](#)

Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 307/XIII](#)

Cria um novo regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho

Autoria: BE

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 473/XIII](#)

Cessação da vigência do artigo 43.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, constante do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, que “No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.ºs 3 e 4 do artigo 140.º e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação”

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 482/XIII](#)

Recomenda ao Governo a disponibilização às entidades municipais, intermunicipais e multimunicipais competentes do acesso ao mecanismo estabelecido para a atribuição automática das tarifas sociais da energia, como contribuição para a adequação e aperfeiçoamento das tarifas sociais de água por elas aprovadas

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 484/XIII](#)

Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 486/XIII](#)

Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 487/XIII](#)

Recomenda ao Governo a aprovação e implementação de um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo

Autoria: PSD

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

[Decreto do Presidente da República n.º 79-M/2016 - Diário da República n.º 189/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-09-30](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015

[Resolução da Assembleia da República n.º 197-A/2016 - Diário da República n.º 189/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-09-30](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015

DADOS PESSOAIS

[DGPI - Conselho da Europa - Proteção de dados pessoais](#)

O Conselho da Europa, através do Comité Consultivo criado pela Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal (T-PD) emitiu um parecer sobre o Registo de Nomes dos Passageiros (ou PNR - Passenger Name Records) sobre as implicações, em matéria de proteção de dados deste Registo.

EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 254/2016 - Diário da República n.º 185/2016, Série I de 2016-09-26](#)

Educação

Criação de uma experiência-piloto do ensino a distância, no âmbito da oferta formativa do ensino secundário na modalidade de ensino recorrente, designado Ensino Secundário Recorrente a Distância (ESRaD), a iniciar no ano letivo de 2016/2017

 **ENERGIA**

ERSE – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

[Diretiva n.º 17/2016 - Diário da República n.º 186/2016, Série II de 2016-09-27](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Entidades habilitadas a integrar a unidade de desvio de comercialização nos termos do Manual de Procedimentos da gestão Global do Sistema

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[FinCoNet divulga relatório sobre pagamentos através da internet e de dispositivos móveis \(online e mobile payments\)](#)

[Nota de Informação Estatística: Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - agosto de 2016](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre as novas regras de registo e comunicação de transferências para jurisdições offshore](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre a reserva contracíclica de fundos próprios – 4.º trimestre de 2016](#)

Avisos

[Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série II de 2016-09-30](#)

Banco de Portugal

Regula os deveres de registo e de comunicação ao Banco de Portugal previstos nos n.ºs 3 e 5 do artigo 118.º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, bem como as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao seu efetivo cumprimento

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 10/2016-R - Diário da República n.º 186/2016, Série II de 2016-09-27](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro - Estabelece o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da ASF, constante do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES)

 **FISCAL**

[Acórdão n.º 430/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série II de 2016-09-30](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 87.º-A, n.º 2, do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, na redação introduzida pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, «que para efeitos de aplicação da taxa adicional de IRC conhecida como 'derrama estadual', impõe a desconsideração de prejuízos fiscais ocorridos no próprio exercício, no âmbito da unidade fiscal que é o grupo de sociedades sujeito ao RETGS (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedade)»

[Presidente da República devolve, sem promulgação, diploma do Governo que regula a troca automática de informações financeiras no domínio da fiscalidade](#)

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Despacho n.º 11536/2016, de 28/09 - Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.](#)

 **FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO**

[Declaração de Retificação n.º 17/2016 - Diário da República n.º 185/2016, Série I de 2016-09-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a [Portaria n.º 238/2016](#), de 31 de agosto, do Planeamento e das Infraestruturas que procede à segunda alteração à [Portaria n.º 57-B/2015](#), de 27 de fevereiro, e ao Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à referida portaria, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 167, de 31 de agosto de 2016

 **NACIONALIDADE**

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série I de 2016-09-30](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Na ação administrativa de oposição à aquisição de nacionalidade portuguesa, a propor ao abrigo do disposto nos artigos 9.º, alínea a), e 10.º da [Lei n.º 37/81](#), de 3 de outubro [Lei da Nacionalidade] na redação que lhe foi introduzida pela [Lei Orgânica n.º 2/2006](#), de 17 de abril, cabe ao Ministério Público o ónus de prova dos fundamentos da inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional

 **PDR2020 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE**

[Portaria n.º 254-A/2016 - Diário da República n.º 185/2016, 2º Suplemento, Série I de 2016-09-26](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 5.1, «Criação de agrupamentos e organizações de produtores», integrada na medida n.º 5, «Organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para o período 2014-2020, abreviadamente designado por PDR 2020

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Portaria n.º 255/2016 - Diário da República n.º 186/2016, Série I de 2016-09-27](#)

Saúde

Altera a [Portaria n.º 223/2015](#), de 27 de julho [Regula o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público (PVP), dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde (SNS)]

[Portaria n.º 256/2016 - Diário da República n.º 187/2016, Série I de 2016-09-28](#)

Saúde

Aprova os princípios e normas das boas práticas de distribuição de dispositivos médicos, constantes em anexo, a observar pelas entidades que se dediquem ao exercício da atividade de distribuição por grosso de dispositivos médicos

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Comissão disponibiliza apoio financeiro para infraestruturas de serviços digitais](#)

Apresentação de candidaturas até 15.12.2016.
26.09.2016

[Serviços de comunicações eletrónicas - revisão das taxas de 2013](#)

Aprovada correção do valor da percentagem t2 devida pelo exercício de atividade dos fornecedores de redes e serviços de comunicações eletrónicas.
27.09.2016

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

TRABALHO E EMPREGO

[Acórdão n.º 433/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série II de 2016-09-30](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional, por violação do artigo 59.º, n.º 1, alínea f), da Constituição da República Portuguesa, a norma contida nos n.ºs 1 e 2 da Base XXII da Lei n.º 2127, de 3 de agosto de 1965, quando interpretada no sentido de estabelecer um prazo preclusivo de dez anos, contados da fixação original da pensão, para a revisão da pensão devida a sinistrado por acidente de trabalho, com fundamento superveniente de lesões sofridas, nos casos em que, desde a fixação da pensão e o termo desse prazo de dez anos, apesar de mantida a incapacidade, a entidade responsável fique judicialmente obrigada a prestar tratamentos médicos ao sinistrado

TRANSPORTES

[Portaria n.º 258/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série I de 2016-09-30](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Determina o quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo dos serviços de navegação aérea de terminal prestados pela Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E. P. E., e revoga a [Portaria n.º 155/2015](#), de 28 de maio

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 17/2016/A - Diário da República n.º 187/2016, Série I de 2016-09-28](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Cria o Comissariado dos Açores para a Infância

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A - Diário da República n.º 188/2016, Série I de 2016-09-29](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ATOS LEGISLATIVOS

Código Aduaneiro

Retificação do Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que [estabelece o Código Aduaneiro da União](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Ambiente

Regulamento (UE) 2016/1718 da Comissão, de 20 de setembro de 2016, que [altera o Regulamento \(UE\) n.º 582/2011 no que se refere às emissões dos veículos pesados, no respeitante às disposições em matéria de ensaios por meio de sistemas portáteis de medição das emissões \(PEMS\) e ao procedimento para o ensaio de durabilidade dos dispositivos de substituição para controlo da poluição](#)

Comércio Externo

Regulamento (UE) 2016/1724 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, que [altera o Regulamento \(CE\) n.º 471/2009 relativo às estatísticas comunitárias do comércio externo com países terceiros no que respeita à atribuição de poderes delegados e de competências de execução à Comissão para a adoção de certas medidas](#)

Energia

Regulamento (UE) 2016/1719 da Comissão, de 26 de setembro de 2016, que [estabelece orientações sobre a atribuição de capacidade a prazo](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/1702 da Comissão, de 18 de agosto de 2016, que [altera o Regulamento de Execução \(UE\) n.º 680/2014 no que respeita aos modelos e às instruções](#)

Decisão (UE) 2016/1734 do Banco Central Europeu, de 21 de setembro de 2016, que [altera a Decisão BCE/2013/54 relativa aos procedimentos de acreditação de segurança dos fabricantes de elementos protegidos das notas de euro \(BCE/2016/25\)](#)

Tabaco

Decisão (UE) 2016/1749 do Conselho, de 17 de junho de 2016, relativa à [celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco à Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, exceto no que se refere às disposições do Protocolo abrangidas pelo âmbito de aplicação da Parte III, Título V, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#)

Decisão (UE) 2016/1750 do Conselho, de 17 de junho de 2016, relativa à [celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco à Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, no que se refere às disposições do Protocolo relativas às obrigações relacionadas com a cooperação judiciária em matéria penal e à definição de infrações penais](#)

[Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Posição (UE) n.º 13/2016 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a [adoção da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos do setor público Adotada pelo Conselho em 18 de julho de 2016](#)

Posição (UE) n.º 15/2016 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a [adoção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(CE\) n.º 91/2003 relativo às estatísticas dos transportes ferroviários, no que respeita à recolha de dados sobre mercadorias, passageiros e acidentes Adotada pelo Conselho em 18 de julho de 2016](#)

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 13/2016 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a [adoção da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos do setor público](#)

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 15/2016 do Conselho em primeira leitura com vista à [adoção de um Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(CE\) n.º 91/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas dos transportes ferroviários, no que respeita à recolha de dados sobre mercadorias, passageiros e acidentes](#)

[Conclusões do Conselho sobre o seguimento do Código Aduaneiro da União](#)

 **BANCO CENTRAL EUROPEU**

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 23 de setembro de 2016](#)

 **COMISSÃO EUROPEIA**

[União para o Mediterrâneo compromete-se a combater o desemprego estrutural](#)

Os países membros da União para o Mediterrâneo (UM) definiram um conjunto de medidas-chave para fazer face ao desafio persistente do desemprego na região mediterrânica, que afeta em especial os jovens e as mulheres.

[Um ano depois: Grupo de trabalho de alto nível apresenta recomendações para facilitar acesso das PME aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.](#)

Em sintonia com a iniciativa «Um orçamento da UE centrado nos resultados» e com os esforços para uma melhor legislação, a Comissão fez um balanço do trabalho do grupo de alto nível para a simplificação em prol dos beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Garantir a transparência: Comissão propõe criar um registo de transparência obrigatório para todas as instituições da EU](#)

A Comissão Europeia propôs criar um registo de transparência obrigatório que abranja as três instituições da UE — Parlamento Europeu, Conselho e Comissão — dando assim cumprimento ao importante compromisso assumido pela Comissão Juncker em matéria de transparência.

[Pacote de processos por infração de setembro: principais decisões](#)

No seu pacote mensal de decisões relativas a processos por infração, a Comissão Europeia instaurou ações judiciais contra vários Estados-Membros por não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Essas decisões, que abrangem vários setores de intervenção e políticas da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

[Comissão Europeia e BEI apresentam documento de orientação para o tratamento dado pelo Eurostat às PPP](#)

Marianne Thyssen, Comissária da UE e o Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Jan Vapaavuori, apresentaram, em Bruxelas, um novo guia para o tratamento estatístico das parcerias público/privadas.



PARLAMENTO EUROPEU

[Documentos do Panamá: jornalistas que divulgaram a informação no Parlamento Europeu](#)

A comissão de inquérito do Parlamento Europeu aos “Documentos do Panamá” iniciou a sua investigação, 27 de setembro, com uma reunião com os jornalistas que ajudaram a desvendar o escândalo. Os jornalistas, membros do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, vão falar sobre o seu trabalho. A comissão parlamentar vai ainda apresentar o seu programa de trabalho após a audição.

[Debate entre Parlamento Europeu e Comissão sobre eventual suspensão de fundos a Portugal e Espanha](#)

As conversações entre o Parlamento Europeu e a Comissão sobre uma possível suspensão dos fundos estruturais a Portugal e Espanha no quadro do procedimento relativo aos défices excessivos têm início no dia 3 de outubro, às 18h00, em Estrasburgo. O Parlamento Europeu convidou a Comissão para uma audição nas comissões parlamentares do Desenvolvimento Regional (REGI) e dos Assuntos Económicos (ECON), no âmbito do “diálogo estruturado” previsto nas regras europeias relativas aos fundos estruturais.

[Grande volume de dados: eurodeputados avaliam oportunidades e riscos](#)

Os seres humanos sempre viveram rodeados de grandes volumes de dados (“big data”) de origem pessoal ou pública. A diferença é que as tecnologias atuais, processadores poderosos e algoritmos inteligentes, permitem a recolha e a análise desses dados de forma a fornecer informação sobre quem somos e como vivemos. Os grandes volumes de dados criam muitas oportunidades para empresas e governos, mas também levantam algumas preocupações sobre a privacidade e cibersegurança.

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011